

ARQUIVOS, MEMÓRIA-HISTÓRIA

José Sebastião Witter

*"Deveríamos ver-nos sempre; como quem vai morrer amanhã.
É o tempo que acreditamos ter pela frente que nos mata."
(Elza Fuólet - Luna Park)**

Em 1987, Cenise Monte Vicente obteve o título de Mestre em Psicologia na USP, com uma dissertação que toca diretamente o âmago da questão da Memória no Brasil. Começo este artigo citando-a:

"Esse galpão estava tomado pela poeira, pois entre a parede de madeira e o telhado havia um espaço com uma tela de arame, por onde entrava poeira e chuva. A luz era escassa e a umidade comprometera uma boa parte do acervo. No fundo do galpão, numa edícula, moravam dois funcionários. Próximo a essa edícula, numa casinha com as portas trancadas, cujas chaves haviam desaparecido, descobrimos dois sanitários. A porta foi aberta. E sobre o vaso sanitário, deparamo-nos com uma caixa grande de madeira, com várias caixinhas metálicas contendo rolos de filmes de 35mm. O metal da embalagem estava muito enferrujado e corroído. Depois de documentar, em vídeo, o estado desse material, solicitou-se à RTC - Rádio e Televisão Cultura - que verificasse o conteúdo. E, em estúdio, onde havia condições adequadas, foi revelado. Eram filmes datados de 1927 e 1950 (o nitrato estava saindo da película e, pouco tempo mais que tivesse ficado ali, teria sido fatal): o Juqueri em seus primórdios, o doutor Franco da Rocha, aposentado, a laborterapia da época, a ausência de muros, os pacientes trabalhando nas plantações, a construção do Manicômio, o laboratório de Anatomopatologia, o bonde puxado a cavalo que levava os

* Citado por Jean-Louis Servan Schreiber. In: *A Arte do Tempo - ensaio de Ação*. Trad. de Tereza Monteiro Otardo. São Paulo, Cultura Editores Associados, 1991.

doutores da Estação Juqueri ao hospital etc. Era a história que estava no vaso sanitário. Disso, ocorreu-me que o lugar escolhido para depositar os documentos comunicava, em si, algo sobre como a instituição trata sua própria memória.” (1)

Em trecho seguinte de sua Monografia, salienta:

“Sobre o histórico dos locais dos serviços de Saúde Mental, na cidade de São Paulo, freqüentemente se encontra uma confirmação da colocação foucauldiana. Por exemplo: o ambulatório de Saúde Mental de Itaquera (zona leste da Capital) substituiu a delegacia de polícia; o hospital psiquiátrico de Água Funda ocupa um espaço que fora casa de mães solteiras (já houve época em que ser mãe solteira representava um motivo para exclusão social) etc. Diante destas observações, considero significativo que parte da memória do Juqueri tenha ido para o vaso sanitário e para o porão. Quanto ao vaso sanitário, este tem uma função socialmente reconhecida, de modo que, depositar lá parte da história institucional, faz crer que algo estava sendo comunicado pelo hospício por este ato. Ato em que a memória (parte dela) foi posta no local dos excrementos, de matéria abjeta, a ser confundida com algo desprezível, mero resíduo. Os documentos trancados na privada abandonada, fora do conhecimento público, mas também sem dono, não são de ninguém.”

Livro recente, de Luís Gonzaga Piratininga Júnior, que também foi Monografia de Mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi baseado no acervo documental preservado por um negro escravo - Nicolau Tolentino - que guardou documentação do maior valor histórico a respeito dos escravos de São Bento, que viveram nas Fazendas de São Bernardo e São Cactano e que foram administrados pelos monges beneditinos. (2)

O historiador Piratininga Júnior afirma:

“... Há outros aspectos igualmente relevantes, mas estes que mencionamos são os mais imediatos, talvez os mais prementes na herança histórica desses escravos beneditinos, transmitida a seus descendentes, quer negros, quer mulatos, ou até mesmo ‘embranquecidos’.

E prossegue:

“... O que desencadeou inicialmente esta pesquisa foi o estudo do arquivo de um desses escravos, posteriormente homem livre. Nem seria preciso dizer do lado extraordinário desse fato: um negro que formou um arquivo, guardando sua história e seu viver. Salvou sua escravidão do vazio documental e do perigoso esquecimento...” (3)

1 - VICENTE, Cenise Monte. *Reflexões sobre os procedimentos institucionais com a Memória Individual e com a Memória Institucional em duas Instituições Totais: Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo e Hospital do Juqueri*. Monografia de Mestrado em Psicologia, defendida na USP, S. Paulo, 1987.

2 PIRATININGA JUNIOR, Luis Gonzaga. *Dietário dos Escravos de São Bento*. São Paulo, Hucitec/ São Cactano do Sul, Prefeitura de São Cactano do Sul, 1991.

3 Idem, *ibidem*.

Mais um trecho significativo:

“Nossos objetivos tomavam ainda como mola-mestra da pesquisa o seguinte ditado da cultura iorubá: ‘tudo que tem solução, tem rosto!’ Parece-nos que no caso desses escravos de São Bento, uma imagem, um rosto foi preservado por eles mesmos como solução de uma realidade humana”. (4)

Justaponho, agora, ao relato dos pesquisadores do final do século XX, uma ordem do Imperador Justiniano:

“... Que sua Eminência ordene em todas e em cada uma das províncias que se reserve um prédio público no qual o magistério (defensor) guarde os documentos, escolhendo alguém que os mantenha sob custódia, de forma que não sejam adulterados e possam ser encontrados rapidamente por quem os solicite: que entre eles haja arquivos e seja corrigido tudo que foi negligenciado nas cidades...” (5)

Momentos, situações, épocas e agentes históricos diferentes... Um mesmo objeto. Tratamentos singulares... Um imperador que pensa na preservação documental e que ordena a criação de arquivos, descentralizando-os ao localizá-los em “cada uma das províncias...” e enfatiza a necessidade de que “possam ser encontrados rapidamente por quem os solicite...” tudo isto na Antiguidade. Um historiador que escreve, a partir de um arquivo preservado por um escravo... uma psicóloga que, ao estudar a questão da memória e do esquecimento do indivíduo doente, encontra uma doença maior na saúde da memória institucional.

Isto dá o que pensar.

Os indivíduos, letrados ou não, procuram manter as suas histórias, as suas tradições, a sua vida, através de relatos, de objetos, da tradição oral. Mais recentemente dos modernos suportes: fotos, filmes, vídeos etc. Quantos são os homens e mulheres que narram a sua vida aos seus descendentes e com suas histórias pode-se recuperar a História de uma pequena família ou de uma comunidade? A dificuldade, nesses casos, é a recuperação das próprias histórias singulares... Nem sempre haverá um Piratininga Júnior para trazer à luz um acervo que começou a ser guardado por um bisavô... E quantos não terão conseguido acervos semelhantes e não puderam divulgar o precioso achado? Nestes casos entram fatores significativos mas também imponderáveis...

O que está em jogo, neste momento, em especial no Brasil, é a preservação dos documentos que compõem os acervos das instituições.

Tantos foram os diagnósticos feitos, nestes últimos anos, em todo o país. Deles surgiram relatórios contundentes e trabalhos científicos. Relatórios ou artigos, comunicações ou teses polêmicas fizeram avançar a questão e foram editados decretos e leis, tanto de âmbito federal como nos diferentes estados da federação. (6) Entretanto, além da edição de instrumentos legais, é preciso

4 Idem, *ibidem*.

5 Cf. Schellenberg, T.R. *Arquivos Modernos - princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas, Serv. de Publicações, 1973, p. 1.

6 Decreto 22.789, de 19 de outubro de 1984 (criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP); Lei Federal 8.159, de 08 de janeiro de 1991 (política nacional de arquivos públicos e privados).

implementá-los e para isto é imperiosa a determinação política.

São muitos os estados brasileiros que têm seus instrumentos legais destinados à preservação dos documentos produzidos nas diferentes instituições por eles mantidas. Haverá, no entanto, arquivos bem aparelhados e administrados por profissionais competentes? (7)

Arranjados, bem descritos, informatizados, os Arquivos poderão ser elementos fundamentais para dar apoio aos administradores, no presente, e aos historiadores no futuro. Estes não mais precisarão se valer do cuidado de um bisavô, arquivista amador, que deu subsídios ao bisneto para escrever a saga dos escravos dos beneditinos de São Bernardo e São Caetano. Muito menos haverá a constatação, por outros pesquisadores, como a feita pela psicóloga Cenise, que salvou a memória (parte importante dela) do Juqueri, ao descobri-la, por acaso, numa estante especial: a privada da instituição.

É indispensável uma vontade política que exija a ação decisiva, deixando a retórica e a teoria. Muito de determinação e persistência.

Bem equipar os Arquivos (públicos ou privados) institucionais é, sem dúvida, preservar a Memória e permitir que se possa escrever a História. Aos arquivos compete, sem dúvida, receber acervos e organizá-los. De tal *“forma que não sejam alterados e possam ser encontrados rapidamente por quem os solicite...”* (8) facilitando a compreensão da própria história. Dotar os Arquivos de condições de armazenamento, preservação e acesso rápido à informação nada mais é do que atender à expressa vontade política de Justiniano, ainda nos princípios da História.

7 A questão da formação profissional dos Arquivistas no Brasil está a merecer um cuidado especial das universidades brasileiras. É preciso criar cursos, especialmente de pós-graduação, para habilitar arquivistas que possam entender bem a sua tarefa e não continuar a improvisar *“guardadores de papéis velhos”*. Em geral, e ainda hoje isto é verdade, aos arquivos institucionais são enviados os *“funcionários-problemas”* que acabam tendo, na bela tarefa de preservar a História, a punição imposta por um superior que o desqualifica.

8 SCHELLENBERG, T.R. *op. cit.*